

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2024**

**Mensagem do conselho de Administração**

Este relatório detalha as metas alcançadas e os desafios superados, demonstrando nossa capacidade de adaptação e resiliência em um ambiente dinâmico e competitivo. Além disso, o alcance de nossas estratégias corporativas é um indicativo do nosso sucesso em atingir os objetivos estabelecidos. Em 2024, focamos em iniciativas que impulsionaram o crescimento sustentável, a inovação e a excelência operacional.

No ano de 2024, a PBGÁS reafirmou seu compromisso com a transparência pública, a governança corporativa e a implementação eficaz de suas estratégias corporativas. Este relatório tem como objetivo apresentar de forma detalhada as ações e resultados alcançados pela Companhia na atuação do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

A transparência pública é um pilar fundamental de nossa gestão, garantindo que todas as partes interessadas tenham acesso a informações precisas e atualizadas sobre nossas atividades. Acreditamos que a transparência fortalece a confiança e a credibilidade da PBGÁS junto à sociedade, aos investidores e aos colaboradores. A publicização é imperativa conforme a Lei das Estatúas (Lei 13.303/2016), que estabelece em seu artigo 8º que empresas públicas e sociedades de economia mista devem divulgar anualmente um relatório integrado ou de sustentabilidade.

A governança corporativa, por sua vez, é essencial para assegurar a integridade e a eficiência de nossos processos. Implementamos práticas robustas de governança que promovem a responsabilidade, a ética e a conformidade com as regulamentações vigentes.

Convidamos todos a explorar este relatório e a conhecer mais sobre as ações e os resultados da PBGÁS, reafirmando nosso compromisso com a transparência, a governança e a busca contínua pela excelência.

**Mensagem da Diretoria executiva**

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração Integrado da PBGÁS referente ao ano de 2024. Este ano foi particularmente especial para nós, pois celebramos os 30 anos da Companhia, um marco significativo que reflete nossa trajetória de desenvolvimento sustentável e energético no estado da Paraíba.

Durante o ano de 2024, a PBGÁS atingiu a marca de 32,5 mil usuários e quase 400 quilômetros de rede, evidenciando nosso esforço em expandir a base de clientes e a confiança na qualidade dos serviços oferecidos. Para atender essa demanda crescente, mantivemos nosso compromisso com a expansão, iniciando obras para ampliação da rede que atenderá o Porto de Cabedelo e o Polo Turístico Cabo Branco, áreas fundamentais para o desenvolvimento local.

Foi um ano repleto de desafios, impactados pela diminuição do volume projetado no Plano Plurianual de Negócios 2024-2028. Isso nos levou a lidar com a cláusula “take or pay” (TOP), exigindo uma atenção estratégica na gestão diária dos volumes e transportes. Ao mesmo tempo, intensificamos os relacionamentos com os fornecedores, incluindo visitas à Petrobras e reuniões com a Shell, com o objetivo de assegurar o equilíbrio de fornecimento, manter a competitividade e alcançar os resultados esperados.

A PBGÁS obteve o rating A Nacional, concedido pela agência internacional de classificação de risco Fitch Ratings, devido à sua administração eficaz, robustez e atuação na distribuição de gás canalizado. No relatório, a Fitch Ratings destaca que a avaliação de risco da PBGÁS apresenta uma perspectiva estável e um nível de risco classificado como baixo a moderado, considerando sua posição monopolista na Paraíba, sustentada por uma concessão que se estende até 2044.

Conversamos com fornecedores em potencial de biometano para adicionar gás renovável ao nosso portfólio e com as usinas térmicas sobre a infraestrutura de fornecimento de gás natural, considerando a possibilidade de sucesso no Leilão de Reserva de Capacidade de 2025, que planeja a contratação de térmicas movidas a gás natural.

Com foco na melhoria contínua, implementamos um software para gerenciar o Sistema de Documentação Empresarial (SDE), aprimorando o controle documental, essencial para a governança corporativa. Reduzimos custos com a adaptação da sede da Companhia e transferimos a sede de Campina Grande para o escritório de representação do Governo do Estado da Paraíba.

Fortalecemos nossa relação com a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) e a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), buscando sempre o engajamento com esses órgãos que promovem o desenvolvimento econômico estadual.

Durante todo o ano, reafirmamos nosso compromisso com as partes interessadas, agindo com cuidado nas decisões e mantendo um foco contínuo no desenvolvimento sustentável da PBGÁS. Concluímos mais um ciclo de trabalho e apresentamos ao Conselho de Administração e às demais partes interessadas os resultados de nossos esforços para cumprir os objetivos estabelecidos para o exercício de 2024.

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS apresenta sua Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, assinada pelo Conselho de Administração, referente ao exercício social de 2024, em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016.

**Interesse Público**

A PBGÁS é uma sociedade de economia mista, constituída como sociedade anônima de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado. Como empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta, seu acionista majoritário é o Estado da Paraíba.

Desde 30 de dezembro de 1994, através do Contrato de Concessão, o Estado da Paraíba delegou à PBGÁS os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado. Desde então, a Companhia tem se dedicado a desenvolver a infraestrutura necessária para seus serviços, realizando estudos técnicos e de mercado para garantir as melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás natural aos seus clientes dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, sempre em sintonia com as questões socioambientais e seus resultados econômico-financeiros.

Conforme seu Estatuto Social, o objeto da Companhia é “a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, no âmbito do Estado da Paraíba, de forma que se destine a suprir as necessidades de demanda dos consumidores dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e/ou outros que requisitem a prestação do serviço”.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade paraibana, a PBGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando um papel relevante na matriz energética do Estado da Paraíba.

**Identificação Geral**

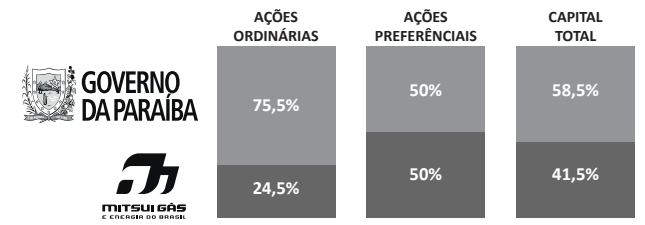
<b>CNPJ/MF e NIRE</b>	00.371.600/0001-66 e 25300009217		
<b>Sede</b>	Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, 12º Andar do Eco Business Center, Miramar, João Pessoa/PB, Cep: 58032-090		
<b>Tipo de estatal</b>	Sociedade de Economia Mista		
<b>Acionista controlador</b>	Estado da Paraíba		
<b>Tipo societário</b>	Sociedade por Ações		
<b>Tipo de capital</b>	Capital Fechado		
<b>Abrangência de atuação</b>	Estadual		
<b>Setor de atuação</b>	Gás Natural		
<b>Conselheiros de Administração e Subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas</b>	Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque		
	Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira		
	Gabriela de Aragão Sarmento Vieira		
	Jailson Galvão		
	Rafael Antônio Bettini Gomes		
	Vitor Calazans Baroni		
<b>Diretores Subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa</b>	Jailson Galvão	Diretor-Presidente	
	Fábio Mariz Maia Filho	Diretor Técnico e Comercial	
	Mario Thiago Alves Romero	Diretor Administrativo e Financeir	

**Estruturação Societária**

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS celebra 30 anos atuando como concessionária autorizada segundo a Lei Estadual nº 5.680, datada de 17 de dezembro de 1992. Desde sua fundação, contribui de forma relevante para o

desenvolvimento do estado ao oferecer gás canalizado, em um modelo de negócio formatado como sociedade de economia mista, atualmente composta pelo Estado da Paraíba e a Mitsui Gás e Energia do Brasil.

Na composição acionária, o Estado da Paraíba detém 75,5% das ações ordinárias, 50% das ações preferenciais e 58,5% do capital total; enquanto a Mitsui Gás e Energia do Brasil possui 24,5% das ações ordinárias, 50% das preferenciais e 41,5% do capital total.



**Administração**

**Conselho de Administração e Subscritores da Carta Anual**

- Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba);
  - Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba);
  - Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba);
  - Jailson José Galvão - Membro (Estado da Paraíba);
  - Rafael Antônio Bettini Gomes – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB); e
  - Vitor Calazans Baroni – Membro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB).
- Diretoria Executiva e Subscritores da Carta Anual**
- Jailson José Galvão - Diretor-Presidente (Estado da Paraíba);
  - Fábio Mariz Maia Filho – Diretor Técnico e Comercial (Estado da Paraíba);
  - Mario Thiago Alves Romero - Diretor Administrativo e Financeiro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB).

**Governança Corporativa**

A Companhia Paraibana de Gás estabelece diretrizes para seus processos, políticas e regulamentos, definindo claramente a forma como a Companhia é conduzida, administrada e controlada. A estrutura de Governança Corporativa é composta por diversos órgãos, cada um com um papel essencial na orientação estratégica e na supervisão da organização. Esses órgãos incluem a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, a Auditoria Interna e a Diretoria Executiva. Essa abordagem abrangente e integrada assegura que a Companhia opere com transparência, responsabilidade e eficiência, alinhando-se aos melhores padrões de governança corporativa.

**Assembleia Geral de Acionistas:**

Em conformidade com as exigências legais, esta instância superior se reúne ordinariamente, uma vez ao ano, após o término do exercício social para analisar a prestação de contas, apreciar propostas do Conselho de Administração e deliberar sobre distribuição de dividendos, além de eleger ou destituir membros da administração, entre outras questões. Quando necessário para deliberação de outros assuntos pertinentes à Assembleia, são realizadas reuniões extraordinárias.

**Conselho de Administração:**

Composto por 7 (sete) membros efetivos que atuam por um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos até 03 (três) vezes consecutivas. O Conselho se reúne mensalmente em sessões ordinárias ou extraordinariamente quando necessário. Este órgão tem a responsabilidade, conforme as atribuições do Estatuto, de definir diretrizes gerais para os negócios da Companhia além de outras funções estatutárias.

**Diretoria Executiva:**

Formada por 03 (três) Diretores escolhidos pelo Conselho de Administração, é responsável pelo funcionamento regular da Companhia e outras atribuições estabelecidas no Estatuto. Os integrantes têm mandato de 02 (dois) anos e podem ser reeleitos até 03 (três) vezes consecutivas. A Diretoria deve se reunir pelo menos uma vez por mês ou em caráter extraordinário conforme a demanda.

**Conselho Fiscal:**

Órgão independente constituído por 05 (cinco) conselheiros e seus respectivos suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de até 02 (duas) reeleições consecutivas. Sua função é revisar as atividades gerenciais e as demonstrações financeiras, reportando suas observações aos acionistas.

**Comitê de Auditoria Estatutário:**

Este órgão auxiliar está subordinado ao Conselho de Administração e tem como

Mapa Estratégico 2025-2030				
Geração de valor	1. Garantir o Desenvolvimento Sustentável da Companhia			
	2. Elevar a Qualidade e Competividade dos serviços de Distribuição de Gás		3. Fortalecer o Desempenho Financeiro da Companhia	
Clientes	Mercados Atuais e Potenciais			
	4. Fortalecer e Ampliar o atendimento aos Mercados			
Processos Internos	Qualificação do sistema de gestão	Gestão da distribuição	Gestão da Operacional	Gestão da imagem e Marca
	5. Aprimorar a Qualidade do Sistema de Gestão	6. Viabilizar Suprimento de Gás Renovável	7. Aprimorar o Processo de Suprimento de Gás	8. Ampliar a Segurança do SDGN
Aprendizado Crescimento	Infraestrutura Tecnológica		Capital Humano	
	10. Melhorar a Gestão Estratégica de TI		11. Aprimorar o Sistema de Gestão de Pessoas	12. Fortalecer a Gestão Integrada de SMS

**Fatores de Riscos**

A PBGÁS adota Política de Gestão de Riscos em sua estrutura de controles. No Ciclo 2024 foram mapeados fatores que poderiam impactar nos objetivos e metas corporativas. Listamos a seguir os principais fatores de risco:

Fatores
<b>Regulatórios</b>
Regras do mercado livre de gás natural
Descumprimento de norma legal
<b>Estratégicos</b>
Transição energética
Concentração de mercado
Baixa expectativa de novos usuários industriais
<b>Operacionais</b>
Interferência de terceiros na rede de distribuição
Perda de Ativos do SDGN
Gestão de suprimento
Ausência de licença ambiental para obras
Diferença de medição
<b>Financeiro</b>
Caixa mínimo operacional
<b>Tecnologia da informação</b>
Estrutura TI, Segurança e Sistemas (hardware e software)

**Gestão Executiva**

**Principais NÚMEROS**

Presentes em 18 cidades (66% do PIB da Paraíba)
Comercializamos 52,3 milhões de m³ de gás
Geramos 150 postos de trabalho
397 km de rede de distribuição
Alcançamos 32.534 usuários residenciais
Atendemos 455 usuários comerciais
Temos 39 usuários comerciais
39 usuários industriais
32 locais para abastecimentos veicular

\*Fonte de dados: IBGE 2021

**Relacionamento com Usuários**

**Ouvidoria**

O funcionamento das Ouvidorias é regulamentado na Federação pela Lei 13.460/17 e pelo Decreto Estadual 38.309/2018, que abordam o Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público.

Para garantir a efetividade das demandas, foi criada a Rede de Ouvidorias, interligada por meio do Sistema Integrado de Governança do Estado – SIGE (Software de Registro e Gerenciamento dos Atendimentos), que é gerenciada pela Casa Civil e operado por cada entidade através de representantes designados (ouvidores) pela instituição, como ocorre na PBGÁS.

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE e a Rede de Ouvidorias têm suas atribuições

função orientar as atividades da Companhia, visando manter sua integridade. Composto por 03 (três) membros eleitos pelo Conselho, ele também recebe denúncias confidenciais ou não, provenientes tanto do ambiente interno quanto externo à Companhia. As reuniões acontecem no mínimo uma vez bimestralmente ou sempre que necessário.

**Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação:**

Eleito pela Assembleia Geral, este órgão conta com 03 (três) membros que ajudam na verificação da conformidade dos processos seletivos bem como nas metodologias utilizadas para avaliar os integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário.

**Auditoria Interna:**

Ligada diretamente ao Conselho de Administração, tem como competência avaliar a adequação dos controles internos, assim como a eficácia na gestão dos riscos envolvidos nos processos administrativos e garantir a confiabilidade das demonstrações financeiras.

**Remuneração:**

Visando cumprir Políticas Públicas objetivos propostos a Companhia aplica pacote remuneratório aos Administradores Diretores Empregados constituído pelos seguintes itens:

- Remuneração definida por Acordo Coletivo Trabalho aprovada pelo Conselho Administração adaptável conforme estabelecido para Diretoria Executiva sendo decidida em Assembleia Geral Acionistas;

- Pacote Benefícios alinhado às boas práticas complementa remuneração mensal desempenhando papel significativo motivação manutenção mão-de-obra aumentando atratividade futuros candidatos concursos públicos realizados pela PBGÁS;

- Remuneração Variável referente Participação Resultados Empregados Bônus Desempenho Diretores ligada sucesso atingimento metas anuais refletindo desempenho global Companhia medindo alcance objetivos interesse stakeholders políticas públicas;

- Os Administradores têm remuneração definida em Assembleia Geral totalizando R\$ 1.882.031,22 (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, trinta e um reais e vinte e dois centavos) em 2024 incluindo encargos e benefícios.

A gestão da Companhia é estabelecida de acordo com a Lei e o Estatuto Social, sendo realizada por um Conselho de Administração, que possui uma função deliberativa, e uma Diretoria Executiva.

A Diretoria é responsável por prestar contas de suas ações ao Conselho de Administração, e as condições e requisitos para o exercício do cargo, juntamente com as qualificações dos indicados, devem ser apresentados à Assembleia Geral de Acionistas ou na reunião do Conselho que os eleger.

A transparência na divulgação das remunerações dos administradores e membros dos órgãos de fiscalização e controle é um aspecto essencial da governança corporativa. Essa abordagem não apenas cumpre com a legislação, mas também fortalece a confiança dos stakeholders na administração da empresa. Em conformidade com a legislação vigente, segue abaixo a remuneração anual dos Administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

TABELA DE REMUNERAÇÃO ANUAL INDIVIDUAL 2024	
Honorários da Diretoria	R\$ 277.969,76
Remuneração Conselho Administração	R\$ 37.641,84
Remuneração Conselho Fiscal	R\$ 30.113,56
Remuneração Comitê de Auditoria Estatutária	R\$ 30.113,56

**Direcionamento Estratégico**

**Missão**

Distribuir e comercializar gás canalizado, implementar infraestrutura e contribuir para o desenvolvimento sustentável e energético do estado da Paraíba, atendendo as necessidades e expectativas das partes interessadas.

**Visão**

Ser reconhecida como uma das melhores concessionárias de serviços públicos da Paraíba, estar entre as melhores distribuidoras de gás canalizado do Nordeste e ter um dos maiores mercados de varejo da região até 2030.

**Valores:**

Compromisso com os Resultados; Ética; Inovação, Satisfação dos usuários; Segurança, integridade e conformidade; Sustentabilidade e Valorização das pessoas.

Mapa Estratégico 2025-2030	
Geração de valor	1. Garantir o Desenvolvimento Sustentável da Companhia
	2. Elevar a Qualidade e Competividade dos serviços de Distribuição de Gás
Clientes	3. Fortalecer o Desempenho Financeiro da Companhia
	4. Fortalecer e Ampliar o atendimento aos Mercados
Processos Internos	5. Aprimorar a Qualidade do Sistema de Gestão
	6. Viabilizar Suprimento de Gás Renovável
Aprendizado Crescimento	7. Aprimorar o Processo de Suprimento de Gás
	8. Ampliar a Segurança do SDGN
Aprendizado Crescimento	9. Evoluir a Reputação, Imagem e Marca da Companhia
	10. Melhorar a Gestão Estratégica de TI
Aprendizado Crescimento	11. Aprimorar o Sistema de Gestão de Pessoas
	12. Fortalecer a Gestão Integrada de SMS

definidas pelas categorias referentes a Denúncias, Reclamações, Sugestões e Elogios em relação aos serviços prestados pelas Secretarias e Órgãos Estaduais.

No ano de 2024 a Companhia apresentou 100% de resolatividade para as demandas registradas no Sistema de Ouvidoria, sendo 5 processos externos e nenhum interno.

**Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)**

No cumprimento ao Decreto nº 29.331, datado de 10 de junho de 2008, que regula o Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado no Estado da Paraíba, especialmente os artigos nº 73º, nº 74º, nº 75º e nº 76º, que abordam o atendimento ao usuário, a Empresa estabelece o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. Em 2024, foram registradas 3.814 ligações atendidas por esse serviço. No contexto desse atendimento, as chamadas abandonadas enquanto aguardavam pelo número 0800 recebem um retorno integral (call back), garantindo assim que contactamos aqueles usuários que não conseguiram completar a ligação.

“Satisfação do Cliente: Atender o usuário com cortesia, qualidade técnica, diligência, trazendo-lhes soluções que alcancem sua satisfação”, é um valor intrínseco e reflete o direcionamento estratégico da companhia e a razão primordial continua sendo os valores da Companhia.

No relatório mensal submetido à Agência Reguladora do Estado da Paraíba – ARPB, os indicadores do SAC demonstram o nível de atendimento do número 0800 da PBGÁS, com destaque para o Índice de Qualidade do Atendimento (IQA) e o Índice de Nível de Serviços (INS), ambos alcançando a meta de atendimento com uma realização de 98%. Além disso, a taxa de ocupação e o Índice de Disponibilidade de Serviço mantiveram-se em níveis máximos de 100%.

**Meta X Realizado**

INDICADOR	META	REALIZADO
Índice de Qualidade do Atendimento	95,00%	98%
Índice de Nível de Serviço	90,00%	98%
Índice de Taxa de Ocupação das *PA's	95,00%	100,0%
Índice de Disponibilidade de Serviço	99,00%	100,0%

\*PA's se refere aos postos de atendimentos.

**Relatório de Pesquisa de Satisfação:**

Este relatório é realizado ao final de cada mês, realizando chamadas ativas para os clientes que foram atendidos pelo SAC e pelos serviços que demandaram, onde obtemos um o índice de satisfação dos que foram entrevistados bem considerado, com apenas 6 registros de insatisfação e 2 registros de parcialmente insatisfeito, sendo todos os outros contatos realizados 327 satisfatórios.

**Mídias Sociais**

A PBGÁS interage com seus usuários nas plataformas virtuais através do Instagram, Facebook e LinkedIn. Em 2024, o Instagram da PBGÁS alcançou 1.388.492 impressões, marcando a primeira vez que a companhia superou 1 milhão de visualizações em seu perfil oficial. Esse resultado representa um crescimento de 25,03% em relação às impressões obtidas em 2023.

O número de seguidores no Instagram também cresceu de 3.060 para 3.450, um aumento de 12,50% em comparação ao ano anterior. Os conteúdos apresentados no YouTube e LinkedIn geraram interações espontâneas ao longo do ano, com material institucional, comercial e conteúdo inteligente elaborado pela comunicação da PBGÁS, em parceria com a agência licitada.

## Desempenho Recursos Humanos

### Corpo Funcional em Números

Ao final de 2024, a força de trabalho da PBGÁS contou com 81 empregados entre concursados, comissionados e estagiários, conforme quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	Nº
Empregados Próprios	45
Comissionados	17
Estagiários	19

### Cuidado da Empresa com as Pessoas

Com ênfase na gestão eficiente das pessoas e suas competências, a PBGÁS busca promover um ambiente de trabalho positivo e produtivo, ao mesmo tempo em que prioriza o desenvolvimento de sua força de trabalho.

Nesse sentido, a PBGÁS promove a valorização de seus empregados, gerando oportunidades e condições para capacitação, aperfeiçoamento e reconhecimento.

Como forma de melhorar as aptidões, a PBGÁS investiu em treinamentos, por meio de cursos de pós-graduação, participação em seminários, palestras e treinamentos diversos, de acordo com as necessidades e conhecimentos da função de cada empregado.

Dessa forma, a PBGÁS contribui para o desenvolvimento profissional, a evolução e a qualificação da força de trabalho, além de garantir comprometimento diário na realização das atividades.

Para reforçar a motivação e o reconhecimento ao mérito das pessoas, a Companhia mantém o Programa de Participação nos Resultados, criando assim um vínculo direto entre o desempenho da empresa e o reconhecimento dos esforços de seus empregados.

Esse tipo de programa busca alinhar os interesses da organização com os de seus empregados, garantindo que todos estejam comprometidos com o sucesso da empresa, além de criar um ambiente mais colaborativo e incentivando melhores resultados.

Adicionalmente, ao longo de 2024, como forma de desenvolver o sentimento de pertencimento e proporcionar um melhor entrosamento entre as equipes, a Companhia realizou ações em datas comemorativas, dentre as quais destacamos: Dia da Mulher, Dia das Mães, Páscoa, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Aniversário 30 Anos da Companhia, Aniversariantes do Mês e Confraternização de Final de Ano.

### Benefícios Concedidos

A equalização dos benefícios para todos os funcionários é uma boa prática da PBGÁS, dessa forma a Companhia demonstra de que todos são igualmente valorizados pela empresa, além de contribuir para a criação de um senso de justiça e de pertencimento entre os empregados, o que é essencial para a manutenção da motivação e da satisfação no trabalho.

Essa prática de equalização dos benefícios é, sem dúvida, uma estratégia muito eficaz e busca fortalecer a cultura organizacional e garantir que toda a força de trabalho se sinta valorizada de maneira justa. Ademais, assegura que todos percebam a igualdade no tratamento e nas oportunidades, independentemente de cargos ou funções. Isso tem um impacto direto na motivação, já que todos sabem que são igualmente reconhecidos e apoiados.

Assim sendo, a PBGÁS oferece os benefícios e vantagens a que está obrigada por lei outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos e outros que são objeto do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), dentre os quais destacamos a seguir:

- 01 - Plano de Assistência Médico-Hospitalar (concedido para empregados e dependentes legais);
- 02 - Plano de Assistência Odontológica (concedido para empregados e dependentes legais);
- 03 - Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral;
- 04 - Previdência Privada;
- 05 - Auxílio Idiomomas;
- 06 - Auxílio Pós-Graduação;
- 07 - Auxílio Creche (concedido para empregados que possuem filhos até 5 anos e 11 meses);
- 08 - Auxílio Alimentação/Refeição (cartão com chip e bandeirado);
- 09 - Auxílio Alimentação Natalino;
- 10 - Vale Transporte;
- 11 - Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência;
- 12 - Ajuda de Custo Estacionamento;
- 13 - Horário Flexível;
- 14 - Participação nos Lucros e Resultados (a cada ano, os indicadores definidos são analisados em relação ao atingimento dos resultados esperados)

### Avanços nas Relações de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) tem um papel estratégico na construção de uma relação equilibrada entre empregador e empregado. Ele permite que ambas as partes possam negociar condições mais favoráveis, ajustando as normas legais às necessidades específicas da empresa e dos trabalhadores. Quando bem construído, o ACT não apenas garante direitos, mas também fortalece a confiança e o respeito mútuo, criando um ambiente mais colaborativo e produtivo.

Nesse sentido, a negociação coletiva realizada pela PBGÁS com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba (STIUPB), tem sido uma excelente prática, pois abre espaço para que as duas partes expressem suas demandas e interesses de forma construtiva. Esse tipo de negociação não só aprova regras mais alinhadas com as realidades da empresa, mas também fomenta um espírito de parceria, que é essencial para a continuidade do bom relacionamento no ambiente de trabalho.

Como resultado da negociação coletiva, foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026, com vigência até 30/04/2026.

### Desempenho em Segurança, Meio Ambiente e Saúde

A empresa, fundamentada na Política do SGI, implementa e prioriza medidas relacionadas à segurança, meio ambiente e saúde em diversas áreas de sua atuação. Todos os esforços visam eliminar, reduzir e controlar os riscos ocupacionais e ambientais, garantindo a manutenção da saúde mental e física de nossos colaboradores, bem como o respeito ao meio ambiente.

Encerramos o ciclo de 2024 sem registros de acidentes que resultassem em afastamento entre nossos empregados diretos. Embora tenha ocorrido um acidente com afastamento envolvendo um funcionário de uma contratada, as investigações das causas foram conduzidas com rigorosa cautela, resultando em várias ações preventivas para evitar a repetição do incidente. Os indicadores TOR (Taxa de Ocorrências Registráveis), TAR (Taxa de Acidentes Registráveis) e TG (Taxa de Gravidade) foram monitorados mensalmente ao longo de todo o ano de 2024, evidenciando a prioridade atribuída pela Companhia.

Em 2024, a política do SGI foi aprovada juntamente com 15 instruções normativas. Os trabalhos prosseguiram e a aprovação de diversos procedimentos operacionais se tornaram novas prioridades para a Diretoria. A cultura voltada à segurança, meio ambiente e saúde deve ser aprimorada no médio e longo prazos por meio da implementação de diálogos sobre segurança e auditorias comportamentais, além das atividades diárias dos técnicos responsáveis pela segurança, meio ambiente e saúde.

No que tange ao meio ambiente, a PBGÁS atendeu todas as condicionantes impostas pelas licenças operacionais e renovou todas as licenças ambientais junto ao órgão fiscalizador (SUDEMA). A empresa formalizou seu PGRS (Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) e estabeleceu parcerias com diversas empresas para promover o descarte adequado dos seus resíduos, contribuindo assim para a sustentabilidade ambiental.

### Responsabilidade Social

A companhia reafirma seu compromisso permanente com ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A política interna de patrocínio prevê investimentos em projetos de incentivo à cultura e ao esporte, além de ações de preservação do meio ambiente, fundamentais para ampliar o impacto socioambiental positivo e fortalecer o relacionamento de confiança entre a companhia e a sociedade.

Em 2024, a responsabilidade social esteve na pauta da PBGÁS, com apoio a projetos de incentivo ao esporte, à cultura e à gastronomia paraibana, contribuindo para o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

### Mercado

### Construcon

A PBGÁS esteve presente na Construcon 2024, a maior feira de arquitetura e construção civil da Paraíba, apresentando as vantagens do gás natural em uma mesa redonda e em um stand no Centro de Convenções de João Pessoa.

### Fórum Inovar e Construir (Sinduscon)

A companhia participou do 45º Fórum Inovar e Construir, promovido pelo Sindicato da Construção Civil de João Pessoa, sobre o uso de novas tecnologias na construção civil. Em uma palestra, um representante da PBGÁS apresentou as vantagens econômicas e ambientais do gás natural aos construtores, engenheiros e arquitetos, destacando práticas inovadoras no segmento.

### Cultura

### Festival de Música da Paraíba

A PBGÁS ofereceu apoio cultural ao maior evento de música da Paraíba. Em sua quinta edição, o festival cumpre o objetivo de reconhecer e divulgar a música paraibana, descobrindo, valorizando e premiando artistas emergentes.

### Fest Aruanda

Através da Lei Rouanet, a companhia patrocinou o 19º Fest Aruanda, um dos mais representativos festivais de cinema do Nordeste. Uma sessão especial denominada PBGÁS trouxe o filme "O Menino de Engenho", obra-prima do paraibano José Lins do Régio, e um documentário sobre sua vida.

### Esporte

### IV Corrida dos Parques

Dentro do projeto "Dando o Gás para o Esporte", a PBGÁS patrocinou a Corrida dos Parques, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O evento incentivou a saúde e o meio ambiente, com a participação de corredores da equipe de empregados da PBGÁS nas corridas de 5 e 10 km. Também houve plantio e distribuição de mudas de árvores e ações de educação ambiental.

### Corrida Contra a Corrupção

A companhia também patrocinou a Corrida Contra a Corrupção, realizada pelo Fórum Paraíba de Combate à Corrupção (Focco-PB), composto por 19 instituições, incluindo o Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB). A equipe de empregados da PBGÁS participou da corrida com seis integrantes.

### Equipe de Basquete sobre Rodas

A PBGÁS apoia a Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas. A equipe de basquete da AAPD representou bem a Paraíba, conquistando títulos nacionais e destacando-se em competições.

### Automobilismo

A companhia apoia a carreira do piloto paraibano João Guimarães na categoria Fórmula 1600. Em sua estreia no Circuito Internacional de Interlagos, em São Paulo, João Guimarães ganhou destaque com a 3ª colocação geral na categoria Light e foi contratado pela equipe San Race para disputar a Fórmula Evolution.

### Kart

Acreditando nos jovens talentos do kart, a PBGÁS apoiou em 2024 o jovem piloto Felipe Rabelo, de 13 anos, que foi campeão paraibano e pernambucano de kart na categoria Junior Menor em 2023 e Sudan Junior em 2024.

### Desempenho Comercial

#### Segmento Industrial

O segmento industrial apresentou uma redução de 21% em relação a 2023, apesar do crescimento de algumas indústrias. Esse resultado foi impactado principalmente pelo desempenho do setor cerâmico, que representa 57% do consumo industrial da Companhia. Em 2024, a produção do setor cerâmico permaneceu aproximadamente 30% abaixo do nível registrado no ano anterior.

Além disso, é importante destacar que a energia elétrica tem avançado como alternativa à biomassa, tornando-se uma concorrente do gás natural (GN) e representando uma ameaça ao seu deslocamento.

Na Paraíba, as indústrias que utilizam gás natural estão concentradas nas regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, com um consumo médio de aproximadamente 76,3 mil m³/dia. Esse portfólio atende processos fabris nos setores de cerâmica, têxtil, calçados, alimentos, papel e celulose, e metalurgia.

#### Segmento Automotivo

No segmento automotivo, houve uma queda de 10% no volume comercializado em 2024. Esse recuo foi influenciado pela percepção dos usuários sobre a competitividade do GNV em relação aos combustíveis líquidos, além do crescimento da frota de veículos elétricos leves utilizados em aplicativos e da adoção de veículos híbridos no setor de táxis.

O consumo médio do segmento foi de 53,9 mil m³/dia em 2024, sendo 81% desse volume concentrado na Grande João Pessoa. Em Campina Grande, a comercialização correspondeu a cerca de 13% do total. Além disso, há um posto no município de Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável por 3% do volume do segmento.

Complementando o mercado automotivo, existem três postos no interior do estado abastecidos por gás natural comprimido (GNC), transportado em carretas. Esses postos representam juntos 3% do volume comercializado no ano e estão localizados nas cidades de Patos (a 175 km de Campina Grande), Remigio (a 40 km de Campina Grande) e Guarabira (a 60 km de João Pessoa).

#### Segmento Residencial

O segmento residencial continua apresentando um crescimento expressivo no número de unidades habitacionais, impulsionado principalmente pelas ligações de novas habitações (NH's). A cidade vive um verdadeiro boom imobiliário, com destaque para o mercado de flats para locação por curta temporada, cujos tamanhos variam de 18 a 40 m². No ciclo de 2024, foram interligados 52 condomínios e 2 casas, totalizando 3.355 unidades residenciais. Esse resultado representa um aumento de 23,5% em relação à meta inicial, que era de 2.717 unidades, superando a expectativa em 638 unidades.

Dessas ligações, 32 condomínios correspondem a prédios em construção, somando 2.356 unidades habitacionais, o que representa 70% do total de ligações realizadas no ano anterior. Além disso, foram conectados mais 20 condomínios habitados, com 999 unidades residenciais. A carteira atual conta com 12 prédios habitados e 21 condomínios em construção aguardando ligação, reforçando a sólida fase de crescimento do mercado residencial

#### Segmento Comercial

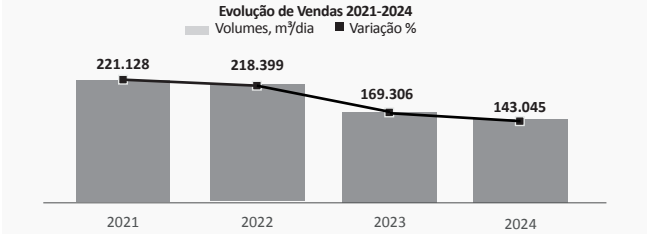
O segmento comercial desempenha um papel fundamental no desempenho operacional da Companhia, dada sua margem atrativa e a rápida geração de valor. Nesse contexto, a PBGÁS tem implementado diversas iniciativas dentro do seu plano de expansão, denominado PLACOM. Em 2024, a Companhia incorporou 68 novos usuários, incluindo restaurantes, pizzarias, hotéis, panificadoras, cafeterias, docerias, escolas e lavanderias. Esse número representa 76% da meta estabelecida para o segmento, que era de 90 usuários.

A média de volume do segmento atingiu 6.926 m³/dia, apenas 2,4% abaixo da previsão para 2024, que era de 7.095 m³/dia. Embora o número de unidades conectadas tenha ficado abaixo da meta, o aumento no volume gerado ficou muito próximo do projetado, graças à qualidade dos clientes integrados.

### Desempenho Econômico-financeiro

#### Vendas

Para 2024 esperava-se a manutenção das vendas Companhia no mesmo patamar de 2023, entretanto o volume comercializado apresentou uma retração, atingindo o nível médio de 143 mil m³/dia.



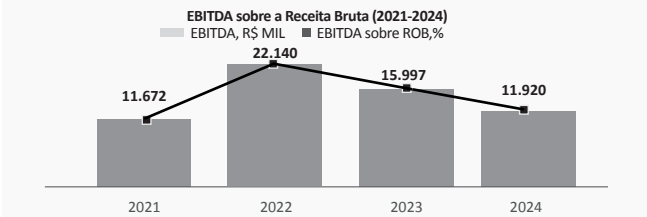
#### Receita Bruta

A receita operacional bruta em 2024 totalizou R\$ 208,9 milhões, com diminuição de 6,8% em relação a 2023, impactada pela combinação da queda no volume distribuído com o aumento da tarifa média ao longo do ano.

Ao longo de 2024, o custo médio do gás adquirido pela PBGÁS cresceu aproximadamente 10%, pressionado pela elevação da cotação do dólar, especialmente a partir do segundo semestre. Na busca pelo equilíbrio entre a margem regulatória autorizada, com base no contrato de concessão, e a margem efetivamente praticada, a Companhia conseguiu um reposicionamento em torno de 8% na sua margem média no ano preservando a competitividade em patamares aceitáveis.

#### EBITDA

A Companhia apresentou uma geração de caixa operacional (EBITDA) no valor de R\$ 11,9 milhões em 2024, representando uma redução de 25,5% quando comparada a 2023, influenciada pela diminuição das vendas associada a uma discreta elevação do custo, que também impactaram a análise do indicador proporcionalmente à receita operacional bruta, saindo de 7,1% em 2023 para 5,7% em 2024.



Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Ou seja, lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

### Resultado Líquido

Mesmo diante da significativa retração dos volumes distribuídos, o resultado líquido do exercício de 2024 superou o previsto em 124%, alcançando o montante de R\$ 6,8 milhões, mas representou uma diminuição de 43,8%, na comparação com o exercício anterior.

Em relação à meta orçamentária, o desempenho está justificado, principalmente, na maior margem aplicada nas tarifas, compensando o impacto negativo das vendas, na realização do custeio aquém do orçamento e na diferença de medição de gás em favor da Companhia.

Na comparação com o ano anterior, o lucro líquido está impactado, principalmente, pelo menor volume distribuído, nível de OPEX ligeiramente superior, menor ocorrência de diferença de medição favorável e menor resultado financeiro, em virtude da diminuição do saldo de caixa.

### ANÁLISE DE METAS

As metas aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para o ciclo de 2024 foram estabelecidas com base nos dados do Plano Orçamentário 2024-2028. A análise do alcance dessas metas inclui um acréscimo de 1,5%, considerando o impacto da diferença de medição que afeta a margem de distribuição e o lucro líquido, mas que são imprevisíveis durante a elaboração das ações estratégicas.

#### Realizar Volume

Meta Aprovada	Realizado	%
170.411 m³/dia	143.045 m³/dia	83,9%

O volume total comercializado em 2024 alcançou 83,9% da meta estabelecida, resultando em um desvio de 16,1% abaixo do esperado. Os setores industrial e automotivo foram os principais fatores que contribuíram para a queda no desempenho.

No segmento industrial, o desempenho geral ficou abaixo do esperado, impactado por questões econômicas que afetaram diversos setores. Especificamente, o encerramento de uma unidade do setor cerâmico no primeiro semestre contribuiu significativamente para a redução do volume. Além disso, houve a migração de uma indústria para um energético concorrente, resultando em um volume de 143.045 m³/dia, frente ao orçamento de 170.411 m³/dia.

No setor automotivo, registrou-se uma diminuição de 10% no volume vendido em 2024, influenciada pela percepção dos consumidores sobre a competitividade do GNV em relação aos combustíveis líquidos. Adicionalmente, observou-se um aumento na frota de veículos leves elétricos utilizados em aplicativos e de veículos híbridos no serviço de táxis.

O varejo terminou o exercício de 2024 com um desempenho 2,12% abaixo do que havia sido projetado. Isso se deveu às 2.356 ligações em unidades residenciais desocupadas (novas habitações), as quais representam 70,2%, mas devem aumentar o volume à medida que forem ocupadas. O volume médio registrado foi de 5.725 m³/dia, enquanto a expectativa era de 5.830 m³/dia, resultando em uma diferença de 1,8% para baixo.

No setor Comercial, o volume anual teve uma média de 6.926 m³/dia, sendo 2,4% menor do que a média esperada para 2024, que era de 7.095 m³/dia.

#### Realizar Os Investimentos

Meta Aprovada	Realizado	%
12.110 (R\$ mil)	11.193 (R\$ mil)	92,4%

O investimento total realizado pela Companhia atingiu 92% da meta, com foco em projetos de expansão e saturação do sistema de distribuição de gás canalizado. Esses projetos adicionaram quase 17 km de gasodutos, correspondendo a 102% do planejado para obras de engenharia.

Os projetos relacionados à tecnologia da informação foram adiados devido à necessidade de uma consultoria especializada para definir as especificações do novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP). Isso se deve às complexidades na elaboração das especificações, incluindo de automação de processos e aplicações inteligência artificial.

Parte dos projetos destinados à melhoria da rede de distribuição, que estavam com a perspectiva de não realização, foram redirecionados para antecipar parte da obra de interligação do Porto de Cabedelo, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2025.

As ações de melhorias no Sistema de Distribuição da Rede de Gás Natural (SDGN) representaram 2,8% dos investimentos, focando na mitigação de riscos e na garantia da segurança e confiabilidade do fornecimento de gás natural. Esses investimentos incluíram a aquisição e instalação de válvulas de bloqueio, medidores, computadores de vazio e à modernização das estações.

#### Realizar Lucro Líquido

Meta Aprovada	Realizado	%
5.128 (R\$ mil)	6.823 (R\$ mil)	133,1%

A meta de lucro líquido foi alcançada com realização de 133%, influenciada, principalmente, pelo comportamento da margem de distribuição e pelo nível de custeio abaixo do previsto em orçamento, conforme detalhado nos comentários das metas margem de distribuição e OPEX.

#### Realizar Margem re Distribuição

Meta Aprovada	Realizado	%
44.322 (R\$ mil)	43.731 (R\$ mil)	98,7%

A margem de distribuição é influenciada por fatores como volume comercializado, custo do gás, custo de transporte e diferença de medição. Ao longo do ano, o volume comercializado caiu em relação ao previsto no orçamento de 2024. Por outro lado, a elevação dos custos do gás ocorreu em um patamar inferior ao previsto, o que possibilitou o reposicionamento da margem na tarifa, levando o total da margem de distribuição para um nível próximo ao previsto. A redução do volume distribuído também aumentou o custo de transporte, no entanto, o mecanismo da conta gráfica permitiu ajustes na tarifa, sem afetar negativamente o desempenho da margem, protegendo a competitividade.

Adicionalmente, a meta de margem considerou uma variação de medição de 1,5% em benefício da PBGÁS. Entretanto, a diferença real medida foi de 1,66% ao longo do ano, o que favoreceu o desempenho da margem obtida.

#### Fator % de Realização OPEX

Meta Aprovada	Realizado	%
33.115 (R\$ mil)	31.239 (R\$ mil)	94,2%

A Companhia está continuamente empenhada em reduzir o crescimento das despesas nos últimos anos por meio de iniciativas como a revisão do plano anual de contratações e das políticas relacionadas à gestão de recursos humanos, materiais e serviços. A administração está focada em garantir a execução total das alocações orçamentárias planejadas, evitando o bloqueio de recursos e a sobrecarga no ciclo orçamentário seguinte.

A variação de 5,8% em comparação ao projetado se deve à não contratação de serviços de operação e manutenção, bem como à contratação de serviço de captação de clientes, além da redução das despesas administrativas com pessoal, resultante do pedido de desligamento de cinco colaboradores ao longo do ano.

#### Comentários dos Administradores sobre o desempenho

A trajetória da PBGÁS ao longo do ano reflete a determinação e resiliência no alcance das metas. A cada desafio, a equipe demonstrou capacidade de adaptação, mantendo o foco nos objetivos e na missão da empresa. Essa postura proativa frente às adversidades não só garantiu a continuidade dos serviços essenciais, mas também fortaleceu o espírito de colaboração entre todos os membros da organização. É essa energia e comprometimento que impulsionam a PBGÁS rumo a um futuro promissor, marcado por crescimento sustentável.

O exercício de 2024 apresentou desafios, exigindo esforço e austeridade diante da retração das atividades econômicas. A Administração da Companhia não poupou esforços para manter o equilíbrio e a sustentabilidade dos negócios, sempre buscando uma gestão ativa para o melhor alcance das metas corporativas. Os resultados apresentados foram possíveis graças ao empenho e dedicação de toda a equipe da PBGÁS. Entretanto, é imprescindível que a Companhia continue avaliando constantemente o desempenho e identificando gargalos, buscando aprimoramento e garantindo um crescimento sustentável no longo prazo.

Dessa forma, conclui-se que o Planejamento Estratégico do ciclo 2024-2028 tem cumprido seu objetivo de atender à missão institucional e permitir que a PBGÁS caminhe na direção do atingimento de suas metas.

#### Perspectivas De Futuro 2025-2030

No cenário atual de amplitude na globalização, as empresas enfrentam a necessidade constante de se adaptar rapidamente às mudanças para garantir sua sobrevivência e crescimento. A habilidade de prever e reagir às novas tendências do mercado, além de compreender e atender às demandas dos usuários, é fundamental para alcançar os resultados desejados.

A visão de futuro da PBGÁS, incorporada ao Plano Plurianual 2025-2030, destaca um panorama repleto de desafios e oportunidades. Essas perspectivas estão alinhadas com as diretrizes estratégicas da empresa e são fundamentadas em cenários macroeconômicos, obtidos por meio da coleta e análise das melhores

informações de diversos setores, em colaboração com usuários, acionistas, fornecedores e o mercado.

Com um planejamento plurianual robusto, a PBGÁS está preparada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgirem, garantindo que suas estratégias estejam sempre alinhadas com as necessidades e expectativas das partes relacionadas. A interação contínua com usuários, acionistas, fornecedores e o mercado será fundamental para o sucesso e crescimento sustentável da empresa.

**Premissas Orçamentárias**

**Preço do Gás, Margem e Tarifa**

Para 2025, projeta-se um reajuste de R\$ 0,03/m³ na margem aplicada na tarifa em fevereiro, sustentado por uma redução do preço do gás prevista para janeiro e fevereiro, com base nas projeções do comportamento de Brent, dólar e IGP-M. Essa estratégia busca fortalecer a margem de contribuição e os indicadores financeiros, ao tempo em que preserva a competitividade do gás natural.

Reajuste anual da margem aplicada na estrutura tarifária através da aplicação da variação do IGP-DI em fevereiro dos anos de 2026, 2028 e 2030.

Repasso trimestral (fevereiro, maio, agosto e novembro) de todos os reajustes do preço do gás (molécula e transporte) previstos no Plano Plurianual 2025-2030 (pass-through) e da Conta Gráfica (preço mix, encargo de capacidade e PGU).

Como impacto na tarifa líquida, projeta-se uma redução média da ordem de 3% em fevereiro, resultado da combinação dos efeitos de redução do preço do gás com reajuste de margem. Estima-se uma relativa estabilidade das tarifas ao longo dos demais meses de 2025.

**Previsão de Volumes**

Industrial – Projetado para 2025 um cenário de estabilidade, com uma leve redução de 0,2% em relação a 2024. Para os maiores clientes, as previsões se baseiam no planejamento de consumo informado pelas próprias indústrias para 2025. Para os demais anos do ciclo orçamentário 2025-2030, e para os demais usuários, a projeção considera o volume histórico com a expectativa de crescimento da produção industrial (Bacen), além da característica de sazonalidade.

Para o ciclo orçamentário 2025-2030, é prevista a captação de duas novas indústrias em 2025. Por outro lado, duas outras duas indústrias sinalizaram suspensão do consumo de gás durante o ano de 2025.

Automotivo (GNV e GNC) – A previsão para 2025 indica uma redução de 2,4% em relação a 2024, refletindo os desafios enfrentados pelo mercado, como a concorrência com a gasolina e o aumento da competição com veículos elétricos. Mesmo assim, a Companhia pretende manter uma competitividade mínima de 30% em relação à gasolina como estratégia para atenuar os impactos e reforçar sua posição no mercado, além de campanhas comerciais para demonstrar o benefício da utilização do GNV.

Comercial e Residencial – Para todo o ciclo orçamentário, estima-se um crescimento médio anual de 5,2% no setor residencial e 11,3% no setor comercial. Este crescimento tem como base as iniciativas estratégicas do PLACOM – Plano de Aceleração Comercial, que foca no aumento da média de captação de novos usuários.

Poder Público – Não há expectativa de novos usuários nesse segmento, apenas manutenção dos volumes ao longo do ciclo.

**Previsão de volume de vendas 2025-2030**

Volume de vendas, m³/dia

Segmento	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Industrial	78.740	76.815	78.363	78.382	78.407	78.431
Automotivo	54.412	53.336	53.348	53.359	53.371	53.383
Comercial	8.067	9.452	11.448	11.806	12.444	13.085
Residencial	5.993	6.338	6.686	7.039	7.395	7.760
Poder Público	226	226	226	226	226	226
<b>Total</b>	<b>147.439</b>	<b>146.166</b>	<b>150.071</b>	<b>150.812</b>	<b>151.842</b>	<b>152.886</b>
Crescimento, %	-0,1%	-0,9%	2,7%	0,5%	0,7%	0,7%

**Projeção de Novos Usuários**

O PIB Industrial da Paraíba deve apresentar um crescimento de 4,9% em 2024 e 3,5% em 2025 segundo estudo elaborado pelo Banco do Brasil; isso reflete uma performance econômica positiva, mas sem reflexo na incorporação de novos usuários com alto consumo de gás natural. O mercado industrial paraibano continua concentrado em setores específicos; destaca-se especialmente o setor cerâmico que consome cerca de 60% do total comercializado nesse segmento.

A transição energética apresenta desafios significativos para esse mercado especialmente às indústrias que utilizam gás natural na geração vapor. Fontes renováveis como solar e eólica estão se expandindo devido às suas vantagens ambientais além da diminuição dos custos operacionais — este movimento pode reduzir ainda mais o uso do gás natural.

O crescimento previsto na base de usuários da Companhia ao longo de 2025 é de 4.158 novas ligações, mantendo uma média anual de 4.300 novos usuários no horizonte 2025-2030, projetando ao fim do ciclo orçamentário um total de 59.010.

**Quantidade Total de usuários prevista 2025-2030**

Segmento	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Industrial	39	39	39	39	39	39
Automotivo	35	35	35	35	35	35
Comercial	563	673	793	868	943	1.018
Residencial	36.868	40.966	45.113	49.313	53.613	57.913
Poder Público	5	5	5	5	5	5
<b>Total</b>	<b>37.510</b>	<b>41.718</b>	<b>45.985</b>	<b>50.260</b>	<b>54.635</b>	<b>59.010</b>

**Investimentos e Principais Projetos 2025**

Nos próximos seis anos, a PBGÁS projeta investir o montante total de R\$ 52,2 milhões, sendo R\$ 43,8 milhões voltados para a rede de distribuição, que envolve expansão, saturação, segurança e melhorias. Para o ano de 2025, espera-se um investimento global em torno de R\$ 13,2 milhões, conforme detalhado a seguir:

<b>Expansão</b>	Rede Porto de Cabedelo – Etapa 2	<b>R\$ 2,6 milhões</b>
	Rede Polo Turístico Cabo Branco – Etapas 1, 2 e 3	<b>R\$ 6,0 milhões</b>
	Rede Residencial e Comercial JP E CG	<b>R\$ 578,2 mil</b>
<b>Saturação</b>	Ramal Residencial e Comercial JP/CG	<b>R\$ 1,8 milhão</b>
	Ramal Industrial e GNV	<b>R\$ 83,1 mil</b>
<b>Melhoria e Segurança</b>	Odorização, proteção catódica, telemetria, materiais e equipamentos e outros serviços	<b>R\$ 1,1 milhão</b>
	Início da implantação do novo ERP e agência virtual	<b>R\$ 121,3 mil</b>
<b>Gestão</b>	Equipamentos de TI	<b>R\$ 450 mil</b>
	Adequação do 12º andar (sede)	<b>R\$ 120 mil</b>
<b>Outros</b>	Unidade Móvel de Atendimento	<b>R\$ 290 mil</b>

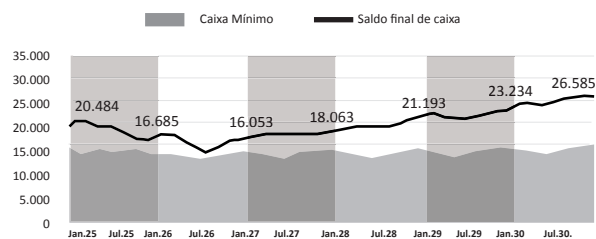
**Principais Projetos Para o período 2026-2030**

- 01 - Porto de Cabedelo (R\$ 1,1 milhão);
- 02 - Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (R\$ 7,9 milhões);
- 03 - Polo Turístico Cabo Branco (R\$ 2,5 milhões);
- 04 - Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (R\$ 12,3 milhões);
- 05 - Saturação Industrial (R\$ 488,6 mil);
- 06 - Projetos de melhoria que contemplam sistemas de odorização, proteção catódica, telemetria, cromatografia, supervisorio e modernização de estações, além de aquisição/implantação de medidores, computadores de vazio, reguladoras e shunt-offs (R\$ 6,4 milhões);
- 07 - Projetos de gestão envolvendo sistemas, softwares, hardwares e imóveis, totalizando R\$ 7,4 milhões, contemplando:
  - a. Implantação de novo ERP em 2026 a 2028 (R\$ 4,5 milhões);
  - b. Aquisição de novo Datacenter em 2026 (R\$ 1,8 milhão);
  - c. Implantação do GIS em 2027 (R\$ 700 mil);
  - d. Aquisição de equipamentos de TI em 2026 (R\$ 250 mil).

**Premissas Financeira 2025**

Para todo o plano plurianual, a Companhia espera manter o saldo de caixa acima do valor mínimo operacional estabelecido, o qual corresponde a um mês de suprimento de gás e uma folha de pagamento, que inclui salários, encargos, benefícios e outras despesas.

**Fluxo de Caixa Projetado 2025-2030**



**Resultado Líquido 2025**

Para o ano de 2025, espera-se um resultado líquido em torno de R\$ 3,4 milhões, representando aproximadamente metade do resultado de 2024. Esta diminuição decorre da diferença de medição positiva em 2024, que não foi orçada para o período de 2025 a 2030, além do crescimento estimado no OPEX. Este último inclui o efeito negativo da despesa relacionada à atualização do saldo de Quantidade Paga Não Retirada - QPNR com a Petrobras, impactando adversamente o resultado do plano orçamentário até o início de 2028. A partir desse ponto, estima-se um crescimento nos resultados.

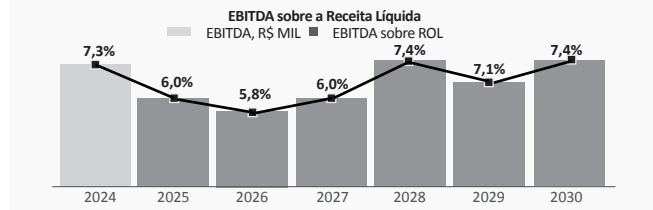
Além disso, prevê-se um leve aumento na margem de distribuição, que deve alcançar cerca de R\$ 44,8 milhões em 2025. Por outro lado, projeta-se um incremento de 6,7% no OPEX total para 2025, que aliado à redução nas vendas, afeta negativamente o resultado esperado.

Demonstração de Resultados Projetados do ciclo plurianual, R\$ mil

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Operacional Bruta	209.239	197.686	203.100	207.624	209.704	214.133
Receita Operacional Líquida	164.988	156.573	161.065	164.873	166.583	170.354
Margem de Distribuição	44.759	45.318	47.663	49.917	50.716	53.147
Custeio	34.363	35.772	37.376	37.095	38.230	39.850
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3.393</b>	<b>2.011</b>	<b>1.951</b>	<b>4.227</b>	<b>4.310</b>	<b>5.511</b>
Lucratividade Bruta	1,62%	1,02%	0,96%	2,04%	2,06%	2,57%
<b>EBITDA, R\$ mil</b>	<b>9.873</b>	<b>9.004</b>	<b>9.725</b>	<b>12.240</b>	<b>11.883</b>	<b>12.672</b>
EBITDA / ROL	6,0%	5,8%	6,0%	7,4%	7,1%	7,4%

**EBITDA 2025**

No que se refere aos valores nominais, a projeção do EBITDA para 2025 indica uma diminuição em comparação a 2024, em decorrência da projeção de vendas e do crescimento das despesas operacionais. Nos anos subsequentes, até 2030, existe uma expectativa de crescimento do EBITDA, porém alcançando o valor nominal de 2024 apenas a partir de 2028. Adicionalmente, constata-se uma recuperação do indicador de geração de caixa vinculado à receita líquida, que deverá ultrapassar os 7% a partir de 2028 e concluir o ciclo em 7,4%, levemente superior ao registrado em 2024



**Metas Corporativas 2025**

As metas corporativas definidas estão alinhadas às estratégias traçadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Estas metas fundamentam os parâmetros da Política de Participação nos Resultados para o ano de 2025, assegurando que as iniciativas e esforços tanto individuais quanto coletivos estejam em conformidade com os objetivos da organização.

Para o período 2025, foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

Metas Corporativas 2025	Orçamento 2025
Realizar o volume previsto no orçamento (m³/dia)	147.439
Realizar os investimentos previstos no orçamento (R\$)	13.184.515
Realizar Lucro Líquido (R\$)	3.392.949
Realizar a margem de distribuição (R\$)	44.759.305
Realizar OPEX (R\$)	33.191.725

Base de dados: Orçamento 2025-2030 da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Marcelo Antônio Carreira Albuquerque Presidente	Rafael Antônio Bettini Gomes Vice-Presidente
Jailson José Galvão Membro	Carlos Arthur de Almeida Pereira Membro
Gabriela de Aragão Sarmiento Vieira Membro	Vitor Calazans Baroni Membro
DIRETORIA EXECUTIVA	
Jailson José Galvão Diretor-Presidente	Fábio Mariz Maia Filho – Diretor Técnico e Comercial
Mário Thiago Alves Romero Diretor Administrativo e Financeiro	

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de Reais**

	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos Circulantes</b>				<b>Passivos Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.930	28.482	Fornecedores	10	15.732	15.037
Contas a receber de clientes	5	8.869	9.931	Passivo de arrendamento	8	595	671
Contas a receber de clientes - Parte relacionada	5 e 17	54	22	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	11	2.520	2.748
Estoques		2.216	2.044	Tributos a pagar	12	947	1.100
Tributos a recuperar	6	1.596	2.233	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		-	-
Despesas antecipadas		336	264	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 e 17	1.442	2.454
Créditos nas operações de vendas de gás	7	16.322	10.200	Débitos nas operações de venda de gás	14	-	-
Outros ativos		104	130	Outros Passivos		91	73
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>53.426</b>	<b>53.306</b>	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>21.327</b>	<b>22.083</b>
<b>Não Circulantes</b>				<b>Não Circulantes</b>			
Depósitos Judiciais		4.071	3.144	Débitos nas operações de venda de gás	14	3.085	1.383
Tributos a Recuperar		205	257	Passivo de arrendamento	8	1.767	2.219
Outros ativos		312	312	Provisão para Contingências	15	600	1.121
				Outros passivos		136	138
				<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>5.588</b>	<b>4.861</b>
<b>Direito de Uso Arrendamento Intangível</b>	8 e 9	2.048	2.620	<b>Patrimônio Líquido</b>			
		51.818	46.986	Capital Social	16	63.564	61.853
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>58.455</b>	<b>53.319</b>	Reserva de Lucro		21.402	17.828
<b>Total dos ativos</b>		<b>111.881</b>	<b>106.625</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>84.966</b>	<b>79.681</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>111.881</b>	<b>106.625</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais**

	Capital Social	Reserva de lucros				Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva para Contingência	Incentivos Fiscais	Reserva Especial			
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>	58.744	8.291	600	3.109	1.193	-	10.907	<b>82.844</b>
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	16	3.109	-	(3.109)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(10.907)	(10.907)	-
Distribuição da Reserva Especial e para Contingência		-	(600)	(1.193)	-	-	(1.793)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.135	12.135
Destinações do Lucro Líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal		607	-	-	-	-	(607)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	1.711	-	-	(1.711)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	7.219	(7.219)	-
Dividendos adicionais propostos - 25%	13	-	-	-	-	(289)	(289)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,31/ação)	13	-	-	-	-	(2.309)	(2.309)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>61.853</b>	<b>8.898</b>	<b>-</b>	<b>1.711</b>	<b>-</b>	<b>7.129</b>	<b>-</b>	<b>79.681</b>
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	16	1.711	-	(1.711)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição da Reserva Especial e para Contingência		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.823	6.823
Destinação do Lucro Líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal		341	-	-	-	-	(341)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	901	-	-	(901)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	4.043	(4.043)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	13	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,85/ação)	13	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>63.564</b>	<b>9.239</b>	<b>-</b>	<b>901</b>	<b>-</b>	<b>11.262</b>	<b>-</b>	<b>84.966</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em milhares de reais**

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida - Venda de Gás</b>	18	164.124	179.602
<b>Receita de Construção (ICPC 01)</b>	18	11.193	11.318
		<b>175.317</b>	<b>190.920</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	19	(134.043)	(144.567)
<b>Custo de Construção (ICPC 01)</b>	19	(11.193)	(11.318)
		<b>(145.236)</b>	<b>(155.884)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>30.081</b>	<b>35.036</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>		<b>(24.947)</b>	<b>(25.701)</b>
Despesas comerciais	20	(4.662)	(4.253)
Despesas gerais e administrativas	21	(20.504)	(21.204)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	218	(244)
<b>Lucro antes</b>			

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	6.823	12.135
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício</b>		
Amortização/Depreciação	8.152	7.493
Atualização líquida de top recuperável	(7)	(186)
Reversão contingência cível	-	(681)
Perda no recebimento de crédito	331	17
	<b>15.300</b>	<b>18.778</b>
<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	1.030	417
Estoques	(172)	(111)
Tributos a recuperar	637	691
Créditos nas operações de vendas	(6.122)	(10.200)
Despesas antecipadas	(72)	26
Outros ativos	26	1.037
Realizáveis a longo prazo	(875)	(2.557)
<b>Aumento (Redução) nos ativos operacionais</b>		
Fornecedores	695	(4.963)
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	(228)	(65)
Tributos a pagar	(153)	230
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	-	(102)
Outros passivos	18	(228)
Outros não circulante	727	2.546
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>10.812</b>	<b>5.499</b>
Juros Arrendamento	(251)	(133)
<b>Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>10.560</b>	<b>5.366</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de intangível	(12.038)	(12.685)
Baixa intangível	52	-
<b>Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(11.986)</b>	<b>(12.685)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(289)	(12.700)
Juros capital próprio pagos	(2.309)	(4.755)
Pagamento de arrendamento	(529)	(632)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento</b>	<b>(3.126)</b>	<b>(18.087)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4.552)</b>	<b>(25.406)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.482	53.888
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.930	28.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 - Contexto operacional**

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulgou a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Após o término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

**2 - Base de preparação**
**2.1 - Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

**2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3 - Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.14 e 8 - Arrendamento;
- Nota 5 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 9 - Intangível; e
- Nota 15 - Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**2.4 - Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**3 - Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**3.1 - Instrumentos financeiros não derivativos**
**a) Ativos financeiros não derivativos**
**i. Reconhecimento e mensuração**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia, se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

**ii. Caixa e Equivalente de Caixa**

Caixa e equivalente de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

**iii. Contas a receber de Clientes e outros valores a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº5a.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

**Passivos financeiros não derivativos**
**Reconhecimento e mensuração**

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

**b) Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**c) Capital social**
**Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

**Ações preferenciais**

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

**d) Determinação do Valor Justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas aquele ativo ou passivo.

**3.2 - Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**3.3 - Intangível**
**Contrato de Concessão**

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

**Outros ativos intangíveis (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

**3.4 - Estoques**

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

**3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment**
**a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que a mesma, não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**b) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

**3.6 - Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

**3.7 - Tributação**
**a) Impostos e contribuições sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

**b) Impostos e contribuições sobre as receitas**

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa nº 18.

**3.8 - Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.9 - Subvenções governamentais**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme notas explicativas nº 16b (ii) e 24 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

**3.10 - Receitas e Custos operacionais**
**a) Receitas e custos operacionais**
**Venda de gás**

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída, ou seja, quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o preço da transação possa ser mensurado de maneira confiável.

**Contratos de construção**

As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidênciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

**b) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

**c) Apuração de resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidênciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

**3.11 - Benefício a empregados**
**a) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas a medida em que o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**b) Plano de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

**3.12 - Demonstração do Valor Adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

**3.13 - CPC 48 – Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O CPC 48 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do CPC 48 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de Impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	31/12/2024		31/12/2023		Categoria CPC48/IAS 9	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b>Ativo (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.930	23.930	28.482	28.482	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	5	8.923	8.923	9.953	9.953	Custo amortizado
		<b>32.853</b>	<b>32.853</b>	<b>38.435</b>	<b>38.435</b>	
<b>Passivos (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	10	15.732	15.732	15.037	15.037	Custo amortizado
		<b>15.732</b>	<b>15.732</b>	<b>15.037</b>	<b>15.037</b>	

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.

**3.14 - CPC 06 (R2) - Arrendamento**

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a Companhia utilizou taxa incremental para fins de adoção do CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa - fundo fixo	11	10
Bancos – conta movimento	994	620
Aplicações financeiras	22.925	27.852
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.930</b>	<b>28.482</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxo de caixa</b>	<b>23.930</b>	<b>28.482</b>

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo, com perda insignificante de valor.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2024 girou em torno de 100,05% do CDI diário, em linha com o percentual de 2023 e conforme previsto no plano orçamentário da Cia, com “target” de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

	31/12/2024	31/12/2023
Segmento veicular	3.138	3.182
Segmento industrial	3.113	4.040
Segmento comercial	1.524	1.514
Segmento residencial	1.257	1.223
<b>Subtotal</b>	<b>9.032</b>	<b>9.959</b>
Penalidade Contratual	21	50
Parcelamento de cliente	34	19
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>9.087</b>	<b>10.028</b>
<b>Perda Esperada de Clientes (a)</b>	<b>(164)</b>	<b>(75)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Contas a receber clientes líquida (b)</b>	<b>8.923</b>	<b>9.953</b>

**a. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)**

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 164 (R\$ 75 em 31/12/2023).

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos, considerando as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como Impairment dos seus ativos financeiros.

**b. Por vencimento**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	8.818	9.843
<b>Vencidos</b>		
31 a 60 dias	95	22
61 a 90 dias	2	1
Acima de 90 dias	8	87
	<b>105</b>	<b>110</b>
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>8.923</b>	<b>9.953</b>

**6 - Tributos a recuperar**

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	536	1.126
PIS	35	9
COFINS	160	39
IRPJ Estimativa	464	836
CSLL Estimativa	398	223
ICMS	3	-
	<b>1.596</b>	<b>2.233</b>

**7 - Créditos nas operações de venda e aquisição de gás**

	31/12/2024	31/12/2023
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	16.322	10.200
COFINS	16.322	10.200

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação “take-or-pay” quando a retirada mínima de gás realizada fica abaixo de 90% do volume contratado na apuração mensal, de acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição (sem ICMS) sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 90% da QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse “take-or-pay” e recupera este crédito no pagamento de faturas posteriores da Petrobras. Estes créditos são atualizados no momento da recuperação, tendo como contrapartida aumento (redução) do ativo e receita (despesa) operacional.

**8 - Arrendamento**

Direito de uso e arrendamento	31/12/2024	31/12/2023	Passivo de arrendamento Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Ativo direito de uso					
Imóveis	2.858	2.858	Imóveis	780	780
(-) Amortização Acumulada	(810)	(238)	(-) AVP	(185)	(109)
	<b>2.048</b>	<b>2.620</b>		<b>595</b>	<b>671</b>
			<b>Não Circulantes</b>		
			Imóveis	2.015	2.795
			(-) AVP	(248)	(576)
				<b>1.767</b>	<b>2.219</b>

Em julho de 2023 houve renovação dos contratos de arrendamento pelo prazo de 5 anos com término em 2027. O montante pago no exercício de 2024 foi de R\$ 529. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

**a. Composição**

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.571	(1.198)	373	1.571	(1.114)	457
Hardware	3.618	(2.528)	1.090	3.413	(2.305)	1.108
Rede de Distribuição	168.577	(127.474)	41.103	155.461	(120.568)	34.892
Outros	3.674	(2.904)	770	3.548	(2.775)	772
Intangível em formação (*)	6.615	-	6.615	7.649	-	7.649
Intangível concessão	184.359	(134.104)	50.255	171.946	(126.763)	45.183
Direitos de uso de softwares	3.934	(2.371)	1.563	3.934	(2.131)	1.803
	<b>188.293</b>	<b>(136.475)</b>	<b>51.818</b>	<b>175.880</b>	<b>(128.894)</b>	<b>46.986</b>

(\*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

**b. Movimentação**

Contratos de concessões	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2024			31/12/2023		
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
<b>Custo</b>	10	<b>171.946</b>	<b>12.413</b>	<b>184.359</b>	<b>161.417</b>	<b>10.529</b>	<b>171.946</b>
Intangível operação		164.296	13.447	177.744	156.731	7.566	164.296
Intangível obras andamento		7.648	(1.034)	6.614	4.685	2.963	7.648
<b>Amortização</b>		<b>(126.763)</b>	<b>(7.341)</b>	<b>(134.104)</b>	<b>(120.091)</b>	<b>(6.672)</b>	<b>(126.763)</b>
		<b>45.183</b>	<b>5.072</b>	<b>50.255</b>	<b>41.326</b>	<b>3.857</b>	<b>45.183</b>
<b>Software e direito de uso</b>							
Custo	10	3.934	-	3.934	2.599	1.335	3.934
Amortização		(2.131)	(240)	(2.371)	(1.911)	(220)	(2.131)
		<b>1.803</b>	<b>(240)</b>	<b>1.563</b>	<b>688</b>	<b>1.114</b>	<b>1.803</b>
<b>Total do intangível</b>		<b>46.986</b>	<b>4.833</b>	<b>51.818</b>	<b>42.014</b>	<b>4.971</b>	<b>46.986</b>

\*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato.

Reconhecida amortização do intangível no valor de R\$ 7.580 (R\$ 6.892 em 31/12/2023).

O total de adições no exercício que afetaram o caixa foi de R\$ 12.038 (R\$ 12.685 em 31/12/2023).

**10 - Fornecedores**

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedor de gás	12.942	11.751
Fornecedores de materiais e serviços	2.790	3.286
	<b>15.732</b>	<b>15.037</b>

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

a) A PBGÁS possui contrato de suprimento de gás natural com a GALP, Petrobras e Shell, cujas QDC para 2025 são 20.000m³/dia, 50.000m³/dia e 88.000m³/dia, respectivamente. O volume contratado é suficiente para atender o mercado paraibano nos próximos 5 anos.

**11 - Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar**

	31/12/2024	31/12/2023
Salário a pagar	-	56
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	707	723
Participação lucros e resultados	258	440
Provisão para férias e encargos	1.555	1.529
	<b>2.520</b>	<b>2.748</b>

**12. Tributos a Pagar**

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a pagar	85	117
COFINS a pagar	393	540
INSS terceiros a pagar	84	124
IRRF a pagar	104	152
ICMS ST por entrada	193	-
Outros tributos a pagar	88	167
	<b>947</b>	<b>1.100</b>

**13. Dividendos Propostos e JSCP a pagar**

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em atendimento à Resolução nº 1.398/12 do CFC e à ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos reconhecidos no passivo circulante correspondem ao percentual mínimo obrigatório de 25%. Para o ano de 2024, os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) foram imputados ao dividendo obrigatório mínimo.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	6.823	12.135
(-) Reserva legal	(341)	(607)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(901)	(1.711)
<b>Lucro líquido a ser distribuído</b>	<b>5.581</b>	<b>9.817</b>
Dividendos propostos pela Administração		
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>-</b>	<b>289</b>
JSCP	1.538	2.309
(-) IRRF JSCP	(96)	(144)
<b>JSCP a pagar</b>	<b>1.442</b>	<b>2.165</b>

Conforme 30ª AGO realizada em 22 de abril de 2024 foi aprovado o pagamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.309 (R\$ 2.165, líquidos de IRRF), bem como o pagamento dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 289, ambos em 30/04/2024 e referente ao ano de 2023.

Também foi aprovada a destinação do montante de R\$ 7.219 para a conta de Reserva de Retenção de Lucros visando fortalecer o orçamento de capital da Companhia.

**14 - Débitos nas operações de venda de gás**

	31/12/2024	31/12/2023
Segmento industrial	3.085	1.383
<b>Total circulante e não circulante:</b>	<b>3.085</b>	<b>1.383</b>

Os débitos nas operações de venda de gás, correspondem ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação “pagamento a título de retirada mínima” quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGÁS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre quando o cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse pagamento antecipado “a título cumprimento da retirada mínima de gás” e o usuário utiliza este seu crédito no pagamento de faturas posteriores. Estes débitos são atualizados de acordo com a variação da tarifa da PBGÁS, no momento de sua recuperação, tendo como contrapartida aumento (redução) do passivo e despesa (receita) operacional.

**15 - Provisão para contingências**

A Companhia em 31 de dezembro de 2024 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R\$ 600 (R\$ 1.121 em 31/12/2023), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Cível	600	1.121
	<b>600</b>	<b>1.121</b>

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

**Cíveis:** A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 600 (R\$ 1.121 em 31/12/2023). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Os processos trabalhistas e cíveis considerados como possíveis tem como

**9. Intangível**

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

valor histórico o total de R\$ 2.088.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.121	1.802
Provisões efetuadas	-	-
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(521)	(681)
	<b>600</b>	<b>1.121</b>

**16. Patrimônio líquido**
**a. Capital social**

A composição acionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2024
Estado da Paraíba	455.526	75,5	603.345	50	1.058.871	37.185
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	147.817	24,5	603.345	50	751.162	26.379
<b>Total</b>	<b>603.343</b>	<b>100</b>	<b>1.206.690</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	

**19. Custos dos produtos vendidos**

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de gás natural (a)	(116.979)	(123.365)
Pessoal	(4.119)	(3.851)
Odorização	(59)	(77)
Custo transporte gás	(3.355)	(8.416)
Serviços de terceiros	(2.520)	(2.303)
Aluguéis	(278)	(281)
Materiais de manutenção	(36)	(54)
Seguros	(359)	(469)
Amortização	(6.338)	(5.751)
	<b>(134.043)</b>	<b>(144.567)</b>
<b>Custo de Construção – ICPC 01</b>	<b>(11.193)</b>	<b>(11.318)</b>

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Gás veicular	(43.535)	(44.831)
Gás industrial	(62.839)	(69.950)
Gás residencial	(4.727)	(3.887)
Gás comercial	(5.878)	(4.697)
	<b>(116.979)</b>	<b>(123.365)</b>

**20. Despesas comerciais**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(2.538)	(2.345)
Serviços de terceiros	(811)	(695)
Conversão de clientes	(1.313)	(1.213)
	<b>(4.662)</b>	<b>(4.253)</b>

**21. Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(13.327)	(13.315)
Serviços de terceiros	(2.578)	(2.587)
Gerais e administrativas	(1.697)	(1.955)
Aluguéis	(297)	(352)
Viagens e representações	(188)	(174)
Amortização	(668)	(668)
Depreciação - Arrendamento	(572)	(601)
Tributárias	(1.177)	(1.552)
	<b>(20.504)</b>	<b>(21.204)</b>

**22. Outras receitas/despesas operacionais**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Ganho gás pago não fornecido	244	1.066
Outras receitas operacionais	-	31
Ressarcimento despesa/recuperação de crédito	<b>30</b>	<b>42</b>
Receita de penalidade contratual	942	476
	<b>1.216</b>	<b>1.615</b>

**Outras Despesas Operacionais**

Despesas de provisões	(89)	(17)
Perda na atualização das operações de gás	(7)	(201)
Despesa de penalidade contratual (a)	(505)	(1.594)
Baixa de ativo	(53)	(-)
Baixa de créditos a receber	(242)	(-)
Indenizações e ressarcimentos	(36)	(41)
Outras despesas	(66)	(6)
	<b>(998)</b>	<b>(1.859)</b>

**Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.**

	<b>218</b>	<b>(244)</b>
--	------------	--------------

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Penalidades por erro de programação; penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

**23. Resultado financeiro**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita s/ aplicações financeiras	2.310	4.763
Juros/multas - Clientes	143	173
Outras receitas financeiras	602	278
	<b>3.055</b>	<b>5.214</b>

**Despesas financeiras**

Descontos concedidos	(-)	(2)
Variação monetária - Ativo de arrendamento	(252)	(133)
Outras despesas financeiras	(11)	(69)
	<b>(263)</b>	<b>(204)</b>

**24. Imposto de renda e contribuição social**

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.926	7.926	14.345	14.345
<b>Adições e exclusões permanentes</b>				
Brindes e patrocínios	241	241	264	264
Provisões não dedutíveis	21	21	561	561
Reversão provisões	(818)	(818)	(1.064)	(1.064)
JSCP	(1.538)	(1.538)	(2.309)	(2.309)
(+/-). Outros	402	402	105	105
<b>Total</b>	<b>6.234</b>	<b>6.234</b>	<b>11.902</b>	<b>11.902</b>
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>(1.534)</b>	<b>(561)</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(1.071)</b>
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	37	-	40	-
(+/-). Outros	54	-	61	-
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(1.443)</b>	<b>(561)</b>	<b>(2.850)</b>	<b>(1.071)</b>
(-) Incentivos fiscais SUDENE	901	-	1.711	-
Imposto de renda e contribuição social	<b>(542)</b>	<b>(561)</b>	<b>(1.139)</b>	<b>(1.071)</b>
Alíquota efetiva do IR e CSLL	8,7%	9%	10%	9%

**25 - Lucro por ação**

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.823	12.135
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.810	1.761
<b>Lucro/ação (R\$/mil)</b>	<b>3,77</b>	<b>6,89</b>

**26 - Remuneração dos administradores**

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros, sendo dois deles indicados pelo acionista Governo do Estado e um membro pelo acionista Mitsui Gas e Energia do Brasil Ltda. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2024 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.342 (R\$ 1.190 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

**27 - Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2024 e vigências até 2025, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
D&O RC Profissional	5.000
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	14.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	5.000
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	8.505
<b>Total Segurado</b>	<b>32.505</b>

**28 - Instrumentos financeiros**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

**a) Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGÁS.

**b) Risco de taxas de juros**

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

**c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

**29 - Eventos Subsequentes**

No dia 17/12/2024, o Congresso Nacional aprovou a primeira etapa da reforma tributária sobre o consumo (PLP nº 68/2024), sancionada no dia 16/01/2025.

A principal mudança com a implementação da reforma tributária é a substituição de tributos federais, estaduais e municipais por apenas dois – CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre bens e serviços), conforme o projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024 que regulamenta a implementação dos tributos previstos pela Emenda Constitucional 132. A CBS irá substituir os tributos – PIS, COFINS e IPI e a IBS irá substituir o ICMS e ISS.

Com essa mudança, o Brasil passa a aderir ao sistema de IVA Dual (Imposto sobre valor agregado), alinhando-se às práticas internacionais.

Não há como prever o impacto efetivo na indústria do gás, uma vez que, ainda serão publicadas a legislações complementares objetivando definir as alíquotas dos tributos, bem como a publicação dos regulamentos da CBS e IBS.

**30 - Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras**

A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 14 de fevereiro de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter feito sobre estas Demonstrações Financeiras, quando requeridos.

João Pessoa, 14 de fevereiro de 2025.

**Jailson José Galvão**  
Diretor Presidente

**Mario Thiago Alves Romero**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Fábio Mariz Maia Filho**  
Diretor Técnico Comercial

**Regina Maria Silva Guedes Soares**  
Contadora  
CRC PB 00708/O-6

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS  
Rua Antonio Rabelo Junior no 161 - Bairro Miramar - CEP. 58.032-090

João Pessoa – Paraíba - Telefone: (83) 32191700 32191766  
CNPJ(MF) 00.371.600/0001-66 - Site: www.pbgas.com.br

Prezados(as) Senhores(as),

**1. Opinião sem Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2. Base para opinião sem ressalva**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a PBGÁS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3. Outros assuntos**  
**3.1 Relatório da Administração**

A administração da PBGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro

observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a PBGÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PBGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PBGÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PBGÁS.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PBGÁS a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 25 de fevereiro de 2025

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” PB  
Sócio Sênior - CNAI 1592

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” PB  
CNAI 4747

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” PB  
CNAI 4850

**81ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

No dia 20 de março de 2025, realizou-se, através de videoconferência, em conformidade com o art. 25, §3º, do Estatuto Social e com o Decreto Estadual nº 40.304/2020, a 81ª Reunião do Conselho Fiscal da PBGÁS para examinar o Relatório da Administração Integrado 2024, as Demonstrações Financeiras, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2024, bem como a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2024 (Proposta DIREX nºs663/2025 ,659/2025 e 660/2025). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte Parecer:

**PARECER**

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS procederam o exame do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 25 de fevereiro de 2025, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à Proposta DIREX nº 660/2025, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 303ª Reunião, realizada em 20.03.2025, às 15:00 horas, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício 2024, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2024 R\$
<b>Lucro Líquido do exercício, após a PPLR</b>	<b>6.822.969,57</b>
(-) Reserva legal - 5%	(341.148,48)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal - Sudene	<b>(901.305,89)</b>
<b>Lucro à disposição dos Acionistas</b>	<b>5.580.515,20</b>
Juros sobre Capital Próprio	1.537.813,38
Imposto de Renda - Juros sobre Capital Próprio	(95.728,88)
<b>Juros sobre Capital Próprio (Líquido de Imposto de Renda)</b>	<b>1.442.084,50</b>
<b>Dividendo complementar ao mínimo obrigatório</b>	
<b>Constituição de Reserva de Retenção de Lucros pela AGO</b>	<b>4.042.701,82</b>

João Pessoa, 20 de março de 2025

**WLADIMIR ROMANIUC NETO** **VITOR HILL DE OLIVEIRA ALVES PESSOA**  
**GLEYDSON FARIAS BRONZEADO**